



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Deputados, Srs. Senadores, senhores jornalistas e assessores presentes, senhoras e senhores, há número regimental para abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalhos.

Informo ainda a todos os presentes que hoje, dia 25 de junho, terça-feira, às 16h, neste plenário, será realizada a reunião de audiência pública da CMO convocada para colheita de elementos que venham a subsidiar a discussão e o aperfeiçoamento do PLN nº 2, de 2013 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014), versando sobre o tema *Sistema S - Compreensão e Propostas de Regulação*, com os seguintes convidados: Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins, e representantes do Tribunal de Contas da União, da Receita Federal e da Confederação Nacional de Indústria, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2013, de autoria do Deputado Danilo Forte, aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 4 de junho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu vejo que V.Exa. inevitavelmente caminhará para o encerramento. Antes que isso ocorra, eu gostaria de registrar a minha preocupação, manifestá-la e pedir a V.Exa., que sempre tem sido diligente e atencioso com todas as questões desta Comissão e do Congresso Nacional de forma republicana, que também possa nos ajudar a conduzir uma preocupação mais uma vez ao Presidente do Congresso, Senador Renan.



Preocupa-nos sobremaneira a posição, que nos parece de imobilismo, diante dos inúmeros vetos, que não só já eram em número preocupante no final do ano passado e acabaram sendo objeto de acordo para a votação da Lei Orçamentária no início deste ano, mas se avolumam, porque outros já ocorreram, e nós não vemos uma ação objetiva para superarmos isso. Embora tenhamos, por inúmeras vezes, reiterado que há uma disposição do PSDB de construir diálogo, de construir entendimento, mas não temos visto movimentação nesse sentido.

Isso nos leva a crer que nós fatalmente entraremos no período, que já se avizinha, de recesso parlamentar sem que esta Casa entre em recesso, o que tem um lado positivo. O Brasil vive momentos de efervescência, de forma extremamente até positiva, ressalvadas as ações de vandalismo e de violência condenadas por todos. São momentos extremamente positivos de participação popular, de manifestação da insatisfação do povo brasileiro com uma série de questões de natureza pública. Então, é bastante saudável até que este Congresso não entre em recesso, que permaneça aqui debatendo. Porém, seria melhor que ele ficasse debatendo por interesse as questões nacionais e não por impedimento regimental. E eu vejo que ele, fatalmente, caminhará para o impedimento regimental, e não por uma ação da Oposição. É bom que se registre isso.

Nós temos alertado o Presidente do Congresso que não haverá ambiente para votar LDO, não haverá ambiente para se votar nada no Congresso se não enfrentarmos o nosso dever constitucional de apreciar os vetos.

É essa a minha preocupação, e eu apelo a V.Exa. que possa, em nome desta Comissão, conduzi-la ao Presidente do Congresso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Passo a palavra ao Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Pela ordem, igualmente.

Sr. Presidente, diante da inevitável falta de quórum, que levará esta reunião a seu encerramento, eu queria corroborar as palavras do Deputado Domingos Sávio, agregando um item. Esta Comissão de Orçamento inclusive teve um debate muito



forte a respeito da responsabilidade fiscal, que foi um dos pontos que a Presidente Dilma elencou entre as suas cinco prioridades.

Deputado Raimundo e Deputado Domingos Sávio, vejam como está desconexo o discurso da prática; como a Presidente Dilma tenta passar uma impressão mas, quando é de sua responsabilidade, não assume na prática o que diz.

Aqui foi derrotada emenda nossa, destaque ao relatório preliminar da LDO, no qual nós retornávamos regras que vigiam no ano passado e estabeleciam responsabilidades da União com o superávit primário dos Estados e dos Municípios — emenda do Democratas, emenda nossa, subscrita também pelo Deputado Cajado. O Governo se posicionou contrário, transformando o que era meta de superávit fiscal, que vigia até o ano de 2012, em mera faculdade expectativa, como quem diz “*se der, deu; se não der, não posso fazer nada*”.

Então, o Governo afrouxa as suas regras de responsabilidade fiscal e a Presidente Dilma, em cadeia nacional, pede um pacto por essa responsabilidade — totalmente desconexo o discurso da prática.

Esta Comissão Mista de Orçamento, sob a vigilante e diligente presidência de V.Exa., não pode se omitir neste momento, tem de cumprir o seu papel de ser fiscalizador e, quem sabe, fazer esse apelo ao nosso Relator para que possa reinserir na LDO de 2013 as regras que tratavam da meta do superávit fiscal como responsabilidade da União, tendo que compensar eventuais falhas dos Estados e Municípios em obter esse índice.

Era isso que gostaria de agregar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim.

Pergunto ao Senador Casildo Maldaner se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Eu queria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Sr. Presidente e caros colegas, eu não sei agora como vão ser as decisões. Eu recebi quatro matérias para relatar: três são informações de superávit primário, de 2010, 2011 e 2012, do Governo Federal — é apenas uma comunicação à Comissão Mista — e também uma medida



provisória que o Governo encaminha abrindo mais dois bilhões, novecentos e poucos milhões de reais para o FIES, para financiar os estudantes, a educação no Brasil.

Eu não sei agora se posso relatar ou se isso fica para outro momento. Eu apenas estou aqui para me desincumbir dessas missões que eu recebi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou responder a V. Exa. neste exato momento.

Esta Presidência deixa claro e público que, de forma pluripartidária, sem exceção de nenhum partido, a unanimidade dos partidos presentes nesta Comissão, decidiu obstruir, de forma *light*, esta reunião até que haja uma deliberação sobre determinados temas com o Governo Federal.

Percebam, nobres Parlamentares, que, por exemplo, não temos nenhum Deputado do PT presente nesta reunião. Não resta alternativa a esta Presidência a não ser suspender esta reunião e transferi-la para o dia de amanhã, às 14h30min, para darmos continuidade aos trabalhos e continuarmos a negociação entre os partidos para que possamos fazer um acordo e, conseqüentemente, votar os importantes temas pautados nesta Comissão, bem como o relatório preliminar da LDO, para que possamos abrir prazo de emendas e possamos cumprir todos os prazos regimentais na aprovação do relatório final na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portanto, Senador Casildo Maldaner, eu estou suspendendo esta reunião...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Por gentileza, Presidente, só uma questão de ordem. Não seria oportuno o encerramento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ... suspendendo esta reunião e transferi-la para 14h30min de amanhã, e a reunião de hoje pautada para 18h30min será também cancelada.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu quero fazer uma ponderação. V.Exa. tem absoluto poder discricionário, e faz o exercício deste poder de forma extremamente republicana, o que aqui reitero. Mas eu acho que, dada até a gravidade do momento, há necessidade de que o Governo compreenda que a



relação com o Parlamento deve ser como preceitua a nossa Constituição: de independência, mas de harmonia, de diálogo — não o diálogo com a rede nacional, dizendo que a responsabilidade é do Parlamento, mas o diálogo com este Parlamento, com esta Comissão. Diante da situação que nós verificamos, eu faço um apelo a V.Exa. para que encerre a reunião, porque isso caracteriza que nós aqui viemos, encerramos e, obviamente, V.Exa. convocará outra, e aqui voltaremos.

Esperamos que, até lá, haja um despertar do Governo, porque o Brasil já acordou. O Governo precisa acordar e construir entendimentos que produzam resultados.

Esta Casa tem demonstrado reiteradas vezes disposição para o diálogo, e aqui eu falo inclusive em nome do PSDB. Nós queremos o diálogo, nós não queremos parar o País; nós não queremos fazer obstrução pela obstrução. Agora, diálogo pressupõe respeito recíproco. E V.Exa. tem, da nossa parte, a confiança absoluta para essa condução.

Apenas essa minha observação que deixo a critério de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – No mesmo sentido do Deputado Domingos, Sr. Presidente, e acatando o encaminhamento de V.Exa. pela suspensão da sessão, parece-me, salvo melhor juízo, inclusive nos termos regimentais, que a medida mais adequada seria o encerramento desta reunião. No entendimento das lideranças dos partidos e das lideranças governistas, das lideranças dos partidos da base de apoio ao Governo, que compõem a maioria desta Comissão, o melhor seria, salvo melhor juízo, um entendimento para restaurar o quórum da Comissão Mista de Orçamento.

Queria só reiterar o entendimento do Deputado Domingos Sávio, que me parece ser o melhor para esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Senador Randolfe, Deputado Domingos Sávio, do ponto de vista regimental, é claro o posicionamento desta Presidência no sentido de que a permanência da pauta por si só demonstra o claro posicionamento de suspensão e reabertura no dia de amanhã.



Há várias manifestações de Parlamentares membros desta Comissão, não aqui formalizadas, de que esta sessão poderia ser suspensa e não encerrada. Percebam que eu entendo e sou solidário ao posicionamento dos meus colegas, inobstante sua filiação partidária, no sentido de debater e discutir com o Governo determinados temas, mas acredito também que esta Comissão tem um trabalho a prestar para o País, a discussão da LDO, que está politizada, e debates intensos de pontos que precisam ser clareados com o Governo — e que serão clareados pelo Governo. Caso contrário, não teríamos condições de votá-la aqui. Paralelo a essa discussão da LDO, nós temos algumas medidas provisórias importantes, alguns temas a serem debatidos.

Portanto, vou manter a decisão de suspender a sessão, transferindo-a para amanhã, às 14h30, na tentativa de, com o apoio inclusive da Oposição, votarmos alguns temas que não sejam tão, digamos, passíveis de discussão, resguardando a discussão maior da LDO para uma conversa mais longa e mais profunda com o Governo.

Então eu suspendo esta sessão e a transfiro para amanhã, às 14h30, para sua continuidade.

Convoco-os, inclusive V.Exa., que é importante para esse debate, para a audiência pública de hoje à tarde, às 16h, neste plenário, sobre o Sistema S, onde teremos importantes discussões .

Muito obrigado aos senhores presentes.

Declaro suspensa esta sessão.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senhoras e senhores, Parlamentares presentes, assessores, jornalistas, declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há quórum para deliberação, nas representações da Câmara e do Senado.

Em virtude de um acordo de Líderes realizado agora, no início desta sessão, e a pedido do Palácio, esta reunião será suspensa e transferida para amanhã às 14h30min. A reunião prevista para hoje, às 18h30min, está cancelada.

Portanto, declaro a suspensão desta reunião.

Muito obrigado a todos.

(A reunião é suspensa.)



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013.

Informo que as matérias estão acessíveis na pauta eletrônica nos *tablets* localizados nas bancadas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só um minuto, Deputado Cajado. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Cajado, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu peço a V.Exa. que declare encerrada esta sessão, com base no art. 134 da Resolução nº 1. Nós estamos às 14h56min, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A reunião estava marcada para as 14h30min. Portanto, eu estou dentro do prazo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em vez de encerrar, eu estou suspendendo esta reunião, para reabri-la amanhã, às 11 horas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não. Eu peço que V.Exa. encerre. Eu peço que V.Exa. encerre, com base no art. 134.

V.Exa. não pode suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O art. 134 está aqui. Eu vou lê-lo para V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu já o li, Sr. Presidente. E V.Exa. tem que encerrar a reunião



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim, mas eu vou ler para os outros presentes.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas não há quórum. Não há quórum. V.Exa. tem que declarar encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu não tenho pedido de verificação de quórum. Vou suspendê-la.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não é verificação. Não existe quórum na Casa, nem de Deputados, nem de Senadores, para suspender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não existe pedido de verificação de quórum, Deputado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou suspender os trabalhos, marcando para amanhã, às 11 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, não. V.Exa. não pode suspender, tem que encerrar. Sr. Presidente, V.Exa. não pode suspender. V.Exa. tem que encerrar a sessão, com base no art. 134. Se V.Exa. suspender, V.Exa. estará desrespeitando o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não estou desrespeitando o Regimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Está, Presidente. O art. 134, parágrafo único, da Seção II, dispõe:

“Art. 134.....

Parágrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput...”

Ou seja, um sexto da composição de cada Casa. V.Exa. tem que declarar encerrada a sessão, por provocação de Parlamentar. E eu estou solicitando a V.Exa., às 14h58min, que declare encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, V.Exa. diz que leu, mas não leu. O quórum é de um sexto. Portanto, dois Senadores, que estão presentes; e seis Deputados, que estão presentes. Então, temos quórum.

Está suspensa a reunião.



O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, eu peço a V.Exa. que reconsidere a sua decisão, pelo seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está lido aqui. Eu leio para V.Exa. É um sexto presencial, e temos presença.

Está suspensa a reunião até amanhã, às 11 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, por provocação...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu quero conversar com V.Exa. em particular.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Será um prazer.

Mas eu quero dizer a V.Exa. que não houve acordo para a suspensão, mas para o encerramento.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Chico Lopes) - Bom dia às mulheres e aos homens presentes.

Por motivo de força maior, pela maneira como estamos funcionando nesta Casa, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013.

Não havendo número suficiente, suspendo a reunião, antes convocando reunião ordinária para continuação desta no dia 9 de julho, terça-feira, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

A reunião está suspensa.

Agradeço a presença da imprensa e dos demais funcionários.

Obrigado.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013. Informo que as matérias estão acessíveis na pauta eletrônica, nos *tablets* localizados nas bancadas.

Quero esclarecer a todos os presentes que eu tenho sucessivamente suspenso as reuniões — eu não tenho encerrado as reuniões — por se tratar exatamente da mesma pauta. Não tendo havido, em nenhuma das reuniões anteriores, acordo de Lideranças em relação a temas do Congresso Nacional, isso se refletiu diretamente nesta Comissão.

Finalmente nós chegamos a um acordo. De forma unânime nos partidos, nós decidimos que amanhã, às 11 horas, iremos, finalmente, votar a LDO provisória. Portanto, eu, hoje, vou ler aqui apenas a composição dos comitês que já estão finalizados e irei novamente suspender a reunião. Daremos seguimento a esta reunião no dia de amanhã, às 11 horas.

Então, passo a ler neste momento a composição de todos os comitês que formam esta Comissão de Orçamento.

O primeiro comitê é o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária — CFIS. O coordenador é o Deputado Efraim Filho, do Democratas da Paraíba. Membros efetivos da Câmara dos Deputados: Deputado Ademir Camilo, Deputado Carlos Magno, Deputado Domingos Sávio, Deputado Efraim Filho, Deputada Iriny Lopes, Deputado Mandetta, Deputada Rose de Freitas,



Deputado Sebastião Bala Rocha. Membros pelo Senado Federal: Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Lúcia Vânia e Senador Anibal Diniz.

Fazem parte desses Comitês o Relator-Geral, Deputado Miguel Corrêa, e os Relatores-Setoriais, que vou passar a nominar um a um: Senador Acir Gurgacz, Relator de Infraestrutura; Deputado Marçal Filho, Relator de Saúde; Deputado Aelton Freitas, Relator de Integração Nacional e Meio Ambiente; Senador Wilder Moraes, Relator de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; Deputado Weliton Prado, Relator de Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Deputado Raimundo Gomes de Matos, Relator da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; Deputado Nelson Meurer, Relator de Justiça e Defesa; Senador Ricardo Ferraço, Relator de Poderes do Estado e Representação; Senador João Vicente Claudino, Relator de Agricultura e Desenvolvimento Agrário; Deputado Junji Abe, Relator de Trabalho, Previdência e Assistência Social. Cumpre-se assim o regimento, que determina que sejam seis Deputados e quatro Senadores.

Passamos agora a nominar os membros do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI. O coordenador deste Comitê é o Deputado Afonso Florence, do PT da Bahia. Membros efetivos: Deputado José Airton, Deputado Leonardo Quintão, Deputado José Rocha, Deputado Armando Vergílio, Deputado Gonzaga Patriota, Deputado Lourival Mendes, Deputado Afonso Florence e uma vaga para o PSDB, que ainda não indicou o membro do partido. Pelo Senado Federal: Senador Casildo Maldaner, Senador João Vicente Claudino e Senadora Lídice da Mata.

Passo agora a nominar os membros do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE. Coordenador do Comitê: Deputado Roberto Teixeira, do PP de Pernambuco. Membros efetivos: Deputado Zezéu Ribeiro, Deputado José Priante, Deputado Wellington Roberto, Deputado Fábio Ramalho, Deputado Sandro Alex, Deputado Alex Canziani, Deputado Homero Pereira, Deputado Roberto Teixeira. Pelo Senado Federal: Senador Ricardo Ferraço, Senador Wilder Moraes e Senador Walter Pinheiro.

Passo agora a nominar os membros do Comitê de Avaliação da Receita — CAR. O coordenador é o Senador Eduardo Amorim, do PSC de Sergipe. Membros efetivos da Câmara dos Deputados: Deputado Ricardo Berzoini, Deputado Pedro



Novais, Deputado Severino Ninho, Deputado Júlio Cesar, Deputado Weverton Rocha, Deputado Ricardo Arruda e Deputado Evandro Milhomen. Falta um titular do PSDB, que ainda não indicou o membro do partido. Pelo Senado Federal: Senador Ivo Cassol, Senador Eduardo Amorim e Senador Inácio Arruda.

Portanto, estão todos os comitês nominados.

Com a palavra o Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Boa tarde, Sr. Presidente. Saúdo V.Exa. e os demais membros desta Comissão de Orçamento, assim como a assessoria técnica da Comissão.

Em nome da Liderança do Governo nesta Comissão, Sr. Presidente, quero dizer que há total disposição e vontade por parte do Governo em ver votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nós sabemos que estamos vivendo um momento de obstrução na Câmara dos Deputados — não no Senado Federal —, particularmente por parte do PMDB, partido da base do Governo, e que não diz respeito especificamente a temas associados a esta Comissão, ou à sua Presidência, mas diz respeito a um rito para a apreciação de vetos presidenciais.

Amanhã, às 11 horas, haverá uma reunião na sala da Presidência do Senado, na sala da Presidência do Congresso Nacional, com todos os Líderes, onde mais uma vez tentaremos fazer um acordo para destravar esse nó.

Gostaria de chamar a atenção de todos aqueles que estão em obstrução para o fato de que é muito importante votarmos a LDO. Eu tenho sido testemunha do seu esforço, Presidente, para votarmos o relatório preliminar e votarmos a LDO. Eu espero que temas como o da apreciação dos vetos presidenciais não atrapalhem ou atrasem o trâmite normal do processo de elaboração orçamentária.

Gostaria de fazer esta declaração e fazer um apelo, inclusive, a todos os partidos, no sentido de que suspendamos a obstrução e possamos, sem prejuízo dos processos de elaboração, de afirmação e de votação do relatório do Senador Jorge Viana, que trata exatamente da resolução aprovada aqui na Câmara, destravar o processo orçamentário, do qual este Congresso é o principal interessado, porque é o momento em que nós e que o povo brasileiro dizemos o que



achamos da peça orçamentária e, obviamente, das diretrizes orçamentárias encaminhadas pelo Executivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Quero esclarecer aos nossos convidados, aos nossos jornalistas e aos nossos assessores que, votando amanhã a LDO, nós teremos de 24 horas a 10 dias de prazo para a apresentação de emendas. O prazo pode ser de, no máximo, 10 dias, mas pode ser de 24 horas ou 48 horas.

Esclareço ainda que o relatório pode ser requerido pelo Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, para ser votado diretamente no Congresso, sem a necessidade de ser votado aqui nesta Comissão.

Essa é uma preocupação nossa. Espero que possamos cumprir com os prazos regimentais para a deliberação tanto da LDO quanto do Orçamento Geral da União. Eu espero que esta Comissão possa fazer valer a sua prerrogativa de discutir o relatório em profundidade, com a apresentação das devidas emendas parlamentares, dentro da LDO, e que possamos aqui debater e votar nesta Comissão esse Relatório.

O Deputado Cláudio Puty pede a palavra. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Sr. Presidente, reafirmo que confiamos no seu trabalho. Tenho sido testemunha do seu esforço para votarmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias e confiamos no trabalho do Deputado Danilo Forte, que, inclusive, é Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, Vice-Líder do Governo nesta Comissão, e, portanto, aqui representa também o Governo como Relator da LDO.

Portanto, acreditamos que o relatório da LDO está em boas mãos e esperamos vê-lo votado amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Puty, só quero fazer uma defesa do Deputado Danilo Forte. Também tenho acompanhado o seu esforço para que pudéssemos votar o relatório preliminar e abrir o prazo para emendas, mas ele tem sido vencido por uma decisão de partido, do PMDB, de fazer obstrução.



E, só para esclarecer os presentes, a título de curiosidade, conforme o Deputado Cláudio Puty preliminarmente já registrou, esta discussão não tem nada a ver com os temas abordados nesta Comissão. É uma discussão sobre vetos presidenciais, sobre rito para votação de vetos, discussão e voto dos vetos.

O PMDB está firmando posição para que se determine uma política clara, sistematizada, de deliberação sobre os vetos. Em função disso, fez uma obstrução também nesta Comissão, que, somada à obstrução dos partidos de oposição, redundou nessa situação de até hoje não termos votado o relatório preliminar.

Vencida essa etapa, por acordo de todos os Líderes, iremos, sim, votar amanhã o relatório preliminar, abrindo o prazo para as emendas.

Deputado Milhomen, V.Exa. deseja fazer uso da palavra? *(Pausa.)* O Deputado Lourival deseja? *(Pausa.)*

Então, declaro suspensa esta reunião e marco para as 11 horas de amanhã a sua continuidade.

(A reunião é suspensa.)



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lourival Mendes) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2013.

Em virtude da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, suspenderei a presente reunião. Antes, convoco a continuação desta reunião ordinária para o dia 16 de junho, às 14h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

A reunião está suspensa.



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11/2013.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais de pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Havendo concordância do Plenário...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, quero reiterar o que já venho dizendo nesta sessão, sucessivamente suspensa: nós do PSDB, desde o primeiro momento, buscamos construir entendimento, buscamos o diálogo para que nós pudéssemos produzir uma Lei de Diretrizes Orçamentária para o País. Infelizmente, nós temos nos deparado com algo inusitado, algo que não pode deixar de ser registrado. A impressão que se tem é a de que o Governo — e aí eu não atribuo a um partido ou a um Parlamentar, mas ao Governo — tem o dever de assumir o processo de liderança e de condução do processo político no País, senão não se pode dar o título de governo, pois seria desgoverno. Mas, ao que parece, o Governo não tem o desejo de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Digo isso, pelo PSDB, com muita clareza, porque temos insistido na busca de um mínimo de interlocução. Até o presente momento, ao que parece, não há sequer, com todo o respeito que podemos ter a todos os Senadores e Deputados da base do Governo, e sempre nos manifestamos registrando esse respeito, ao que tudo indica, não há uma definição sequer de liderança do Governo no Congresso, porque nós



não conseguimos interlocução; não há diálogo. Um governo que não se dispõe ao diálogo, de duas uma: ou é absolutamente autocrático, ou é o governo da ditadura, que entende o seguinte: é só o Governo e não se conversa com ninguém, ou é o governo que não assume a sua condição, a sua responsabilidade de governar, aí é desgoverno.

Portanto, eu faço este registro e observo inclusive, Sr. Presidente, que nós não temos sequer número regimental, embora tenhamos tido uma sessão suspensa, para qualquer prosseguimento. Se fossemos abrir a sessão, parece que nem seis Deputados nós temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Temos. Temos seis Deputados e dois Senadores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Uma demonstração clara de que não há o que se fazer, porque, se você não tem presença, se você não tem um canal aberto para o diálogo, como deliberar sobre uma matéria? O quórum para deliberação desta Casa é bem superior a esse que estamos aí a avistar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu contei: seis.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não vejo seis Deputados presentes, mas, de qualquer forma, Presidente, eu quero registrar a nossa preocupação com essa absoluta ausência de diálogo, eu diria até com essa falta de respeito, porque nós sistematicamente estivemos presentes e não encontramos ressonância no nosso apelo para dialogarmos, para construirmos entendimento.

Nós não podemos votar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias monocrática, autocrática. Nós não podemos votar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que não parta do princípio de que nós vivemos em uma República; de que os entes que compõem esta Comissão sejam ouvidos, possam debater, dialogar; de que o Governo, através do seu Líder, possa abrir um canal de diálogo. Isso não houve, em que pese V.Exa. ter insistido na busca da construção de canais de diálogo. Eu registro isto em homenagem a V.Exa., mas até o momento nós não obtivemos absolutamente nenhuma demonstração.

Portanto, nós não temos, no nosso entendimento, a menor condição de prosseguir com o propósito de votar antes que se abra um canal de diálogo, e esta será a posição clara do PSDB e, acredito, de outros partidos.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Domingos Sávio, antes de mais nada, agradeço a V.Exa. as gentis palavras em relação a mim, mas eu queria, também, deixar um registro aqui.

Nós, nesta permanente busca por uma negociação com o Governo — e é bom todos os presentes tomarem consciência da pauta de reivindicações dos partidos da Oposição, que é uma pauta nobre; nada há que possa comprometer a postura, a moral e a honra dos Deputados e Senadores da Oposição —, a pauta inicial foi em relação aos vetos presidenciais, o que redundou .num grande acordo pluripartidário do Congresso como um todo, Senado e Câmara, na definição de regras claras, conforme o desejo dos Parlamentares; regras de deliberação e votação desses vetos.

A partir daí, a pauta de obstrução passou a ser a questão das emendas impositivas, que o bom senso nos diz que devemos, sim, aguardar, esperar o posicionamento da Comissão que foi criada na Câmara para discutir e deliberar exatamente esse tema.

Eu acho que esta Comissão tem que dar a sua contribuição ao País, mas principalmente tem que abrir democraticamente oportunidade para que seus membros possam contribuir, através das suas emendas, com uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que seja digna e importante para o nosso País.

Da forma como está hoje, havendo uma obstrução por parte da Oposição, o Governo acaba por receber o relatório da forma como enviou a esta Comissão, o relatório de Lei de Diretrizes Orçamentárias, sem que possa ser discutido, emendado, melhorado, dentro desta Comissão.

Então, num gesto democrático de valorização de cada membro desta Comissão, dando a este membro a oportunidade de contribuir para um relatório de Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu estabeleci como estratégia efetivamente votarmos o relatório preliminar, se for possível, se houver quórum, e abrir, sim, a oportunidade para que os membros desta Comissão possam participar ativamente da execução de um relatório de Lei de Diretrizes Orçamentárias bom para o Brasil.

Portanto, dentro desta estratégia, havendo o quórum de dois Senadores e seis Deputados presentes, suficientes para a leitura do relatório preliminar, eu vou



passar a palavra ao Relator, Deputado Danilo Forte, para que promova a leitura do relatório já emendado, do relatório preliminar, para que ele possa ser discutido por esta Comissão.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiramente, gostaria de desfazer algumas incompreensões com relação a este trâmite. O Congresso Nacional é uma casa política, é uma casa em que... O Brasil inteiro hoje vive um momento político muito oportuno para o debate. O povo foi às ruas levantar suas bandeiras, suas reivindicações, falar do seu inconformismo. Isso se reflete automaticamente nas casas políticas, principalmente no Parlamento, que é a caixa de ressonância exatamente dos clamores das ruas, e esta Casa não pode estar à mercê ou à deriva do que está acontecendo no País.

Nós, preocupados exatamente em aproximarmos o relatório das demandas populares, fizemos cinco audiências públicas. As audiências públicas foram muito boas — duas realizadas aqui em Brasília, uma em Fortaleza, uma em Uberlândia, Minas Gerais, e outra em Palmas, Tocantins — e todas elas muito ricas para o debate. Com isso, nós percebemos que, num primeiro momento, tínhamos que fazer um relatório preliminar o mais sintético e simplificado possível, inclusive atendendo a algumas demandas que foram colocadas por essas audiências públicas e compreendendo que há necessária abertura para que, no processo de emendas, os Parlamentares — Deputados e Senadores — possam dar sua contribuição com as emendas para, aí sim, haver a formulação definitiva da LDO, que direcionará a Lei Orçamentária Anual.

Então, nós tivemos a preocupação de convidar todos os companheiros e companheiras, Deputados e Senadores, para que pudessem dar essa contribuição inicial e agora vamos iniciar exatamente o segundo passo. Queria fazer aqui um chamamento, um pedido, principalmente ao Deputado Domingos Sávio, do PSDB, e ao Deputado Efraim Filho, do DEM, que têm uma compreensão da importância de hoje nós aprovarmos este relatório preliminar, porque precisamos estar com esta decisão tomada até a votação, a iniciação do processo da LOA, que constitucionalmente se dá no dia 31 de agosto. A LDO é a única lei cuja suspensão do recesso legislativo é constitucional. É a única lei que diz que, não votando a LDO,



se suspende o recesso parlamentar. Há um clamor nas ruas muito grande para que a gente continue nesse debate. E eu acho que é exatamente neste momento que precisamos ter uma compreensão maior, para que a gente possa fazer, inclusive, uma LDO mais concisa, mais voltada exatamente para esse momento político e econômico que o País está vivendo.

Então, faltou a leitura da parte especial, que a gente vai fazer agora. Nós fizemos alguns adendos, que são exatamente as reformulações atendendo as preocupações que foram colocadas nesse processo para deixar o relatório mais simplificado, e espero a compreensão de todos.

Então, na parte especial ficou a questão da apresentação do número de emendas:

“2.1.1 Poderão apresentar emendas ao PLDO 2014: parlamentares, comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e bancadas estaduais.

2.1.2 Denominam-se coletivas as emendas apresentadas por bancada estadual ou comissão permanente. Individuais, as apresentadas por Deputado Federal ou Senador.

2.1.3 Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do PLDO 2014:

- a) Texto do Projeto (págs. 3 a 71 do Volume I do Avulso);
- b) Anexo I - Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados (págs. 72 do Volume I do Avulso);
- c) Anexo II - Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2014 (págs. 73 a 77 do Volume I do Avulso);
- d) Anexo III - Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho (págs. 78 a 80 do Volume I do Avulso);
- e) Anexo IV.1.a - Anexo de Metas Anuais 2014 a 2016 (pág. 87 do Volume I do Avulso); e
- f) Anexo IV.13 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (págs. 523 e 524 do Vol. II do Avulso).

2.1.4 Não há limite ao número de emendas ao texto.



2.1.5 O Anexo III do PLDO 2014, relativo às Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho...”

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, um minuto.

Eu pediria silêncio a todos nosso convidados para que o nosso Relator possa ler o relatório preliminar da LDO.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - “2.1.5 O Anexo III do PLDO 2014, relativo às Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho será desmembrado nas Seções I e II. A Seção I constitui-se de despesas obrigatórias de caráter continuado e a Seção II, das demais despesas a que se refere o § 2º do art. 9º da LRF.

2.1.6 As emendas à Seção I do Anexo III deverão identificar, na justificativa, o ato legal criador do gasto a ser incluído;

2.1.7 Para compor a Seção II do Anexo III, as emendas deverão explicitar as razões pelas quais a despesa deve ser ressalvada da limitação de empenho e movimentação financeira.

2.1.8 As emendas a que se refere a alínea “e” do item 2.1.3 deverão conter na justificativa a descrição do cenário econômico e a fundamentação dos parâmetros que dão consistência à alteração pretendida;

2.1.9 As emendas a que se refere a alínea “f” do item 2.1.3 deverão conter na justificativa a memória de cálculo e demais informações que justifiquem a inclusão do item objeto da emenda no demonstrativo.

2.1.10 O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações constantes das Leis Orçamentárias para 2012 e 2013, Leis nºs 12.595, de 19/01/2012, e 12.798, de 04/04/2013, bem como de ações decorrentes de iniciativa constante do Plano Plurianual 2012-2015, Lei 12.593, de 18.01.2012.

2.2 Das Emendas para Elaboração do Anexo de Metas e Prioridades.

2.2.1 A apresentação de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridades deve observar os seguintes limites:”

Era até três inicialmente e ampliamos até cinco por bancada do Congresso Nacional; era até três inicialmente e nós ampliamos até cinco emendas por Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados ou do Senado, e até duas emendas individuais por Deputado ou Senador.



2.2.2 Nenhum parlamentar poderá apresentar mais de uma emenda que contemple a mesma ação orçamentária.

2.2.3 O menor nível de detalhamento do Anexo de Metas e Prioridades corresponde ao da ação orçamentária.

2.2.4 O sistema de elaboração de emendas ao PLDO 2014 disponibilizará o conjunto das ações das Leis Orçamentárias de 2012 e 2013 passíveis de emenda.

2.2.5 As emendas ao Anexo de Metas e Prioridades deverão se restringir aos programas constantes do Anexo a este Relatório, identificando-se a respectiva ação e meta.

2.3 Dos Critérios de Admissibilidade de Emendas.

2.3.1 Somente serão admitidas emendas de comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão.

2.3.2 As emendas de bancada estadual devem estar acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação.

2.3.3 É vedado ao Relator apresentar emenda ao Anexo de Metas e Prioridades, salvo para:

a) ajustar o produto ou a unidade de medida da meta identificada na emenda proposta, bem como promover ajustes de ordem técnica ou legal na programação constante da emenda;

b) adequar a quantidade da meta constante da emenda proposta; ou

c) agregar ações orçamentárias com a mesma finalidade, no âmbito de cada programa.

2.3.4 As emendas de texto limitam-se às partes referidas no item 2.1.3.

2.4 Dos Critérios de Atendimento de Emendas.

2.4.1 Para a criação do Anexo de Metas e Prioridades, serão incluídas pela Relatoria, em decorrência da aprovação de emendas:

a) até 3 (três) ações que identifiquem nominalmente o Estado/DF, propostas por emendas de Bancada Estadual;

b) até 3 (três) ações por Comissão Permanente, propostas por emendas de comissão;



c) até 2 (duas) ações que identifiquem nominalmente o Estado/DF, propostas por emendas individuais, de acordo com a frequência com que as ações são indicadas; e

d) até 15 (quinze) ações de interesse nacional, propostas por emendas.

2.4.2 O acolhimento de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades observará os programas prioritários constantes do Anexo a este Relatório, identificando-se a respectiva ação e meta.

2.4.3 As emendas ao texto serão acolhidas conforme o mérito e a pertinência com a matéria financeira e orçamentária.

2.4.4 A elaboração do Substitutivo ao PLDO 2014 será orientada pelos seguintes princípios:

a) Imprimir obrigatoriedade e celeridade à execução das programações aprovadas pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária de 2014;

b) Estabelecer mecanismos de identificação e proteção das programações consideradas prioritárias;

c) Desburocratizar a celebração de convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) Priorizar despesas de investimento;

e) Prever a inclusão de todas as receitas na Lei Orçamentária de 2014, inclusive as relacionadas às entidades do Sistema "S";

f) Estabelecer normas relativas:

1) ao controle de custos na Administração Pública Federal;

2) à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos da União.

II - VOTO

Foram apresentadas ao Relatório Preliminar 55 (cinquenta e cinco) emendas. Desse total, votamos pela aprovação de 2 (duas) emendas, pela aprovação parcial de 8 (oito) emendas e pela rejeição das demais, considerando aquelas que já estavam contempladas no texto original.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Relatório Preliminar sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, na forma ora apresentada, considerando nosso voto às emendas.



Sala da Comissão, 10 de junho de 2013.

Deputado Danilo Forte.”

Aí tem os adendos. Eu tenho que ler as Áreas Temáticas para saber o que comporta os programas prioritários.

“ANEXO - ÁREA TEMÁTICA/PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

I - Infraestrutura: Transportes Rodoviário, Ferroviário e Hidroviário” e Aeroviário também.

II - Saúde: Aperfeiçoamento do SUS, Saneamento Básico; e Resíduos Sólidos;

III - Integração Nacional e Meio Ambiente: Agricultura Irrigada; Biodiversidade; Gestão de Riscos e Resposta a Desastres; Mudanças Climáticas; Oferta de Água; Saneamento Básico;” saneamento básico consta em dois, “Segurança Alimentar e Nutricional; e Resíduos Sólidos;” também consta em dois.

“IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação e Esporte: Ciência, Tecnologia e Inovação; Cultura: Preservação, Promoção e Acesso; Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Superior; Esporte e Grandes Eventos Esportivos; Gestão de Riscos e Resposta a Desastres;” também está em dois, “e Política Espacial;

V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Mobilidade Urbana e Trânsito; Moradia Digna; Planejamento Urbano; Saneamento Básico; Gestão de Riscos e Resposta a Desastres;

VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo:” é por área de Relatoria e Sub-relatoria “Micro e Pequenas Empresas; Comércio e Serviço; Turismo; e Desenvolvimento Produtivo;

VII - Justiça e Defesa: Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas; Política Espacial; Política Nacional de Defesa; e Segurança Pública com Cidadania;

VIII - Poderes do Estado e Representação: Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial; Operações Especiais (aumento de capital - Aeroportos e Docas); Transporte Marítimo; Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência; e Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.



IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário: Agricultura Familiar; Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária; Inovações para Agropecuária; Pesca e Aquicultura;

X - Trabalho, Previdência e Assistência Social: Segurança Alimentar e Nutricional; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e Trabalho, Emprego e Renda.”

Aqui as emendas que foram para rejeição, todos os companheiros já devem ter recebido, a grande maioria delas exatamente porque não são oriundas para inclusão no preliminar, mas, sim, no relatório definitivo. Então, todos esses Parlamentares, Deputados e Senadores, poderão reapresentá-las, na sua grande maioria, para inclusão no relatório definitivo.

E nós fizemos três adendos, um adendo e duas erratas, me desculpem. Então o primeiro Adendo, Anexo - Prioridade e Metas.

“1) Tendo em vista possibilitar que as emendas individuais possam ser elaboradas, por ocasião da apreciação do Projeto da Lei Orçamentária Anual — PLOA 2014, sem prejuízo de serem consideradas prioritárias, faz-se necessário incluir novo item de critério de atendimento de emendas, após os estabelecidos nas alíneas do Item 2.4.1, que visa complementar o objetivo pretendido apostado à alínea “d”. Tal inclusão permitirá incluir, no rol das ações nacionais prioritárias, outras 15 ações que tiveram maior frequência de emendamento por ocasião da aprovação do último Projeto de Lei Orçamentária Anual. Dessa forma, propõe-se incluir no Item 2.4.1 a seguinte alínea:

‘e) até 15 (quinze) ações de interesse nacional que tiveram maior frequência de emendamento no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013, excluindo-se eventuais duplicidades que venham a ser incluídas em decorrência da aplicação do critério da alínea “d”. ‘

2) Tendo por escopo atender a solicitação encaminhada por meio do Ofício dos Dep. Aelton Freitas e Weliton Prado, propõe-se incluir no Anexo de Metas e Prioridades, ANEXO - ÁREA TEMÁTICA / PROGRAMAS PRIORITÁRIOS, na área temática VIII - PODERES DE ESTADO E REPRESENTAÇÃO, o seguinte programa: ‘Aviação Civil’ — que atende exatamente ao transporte aeroviário.



E as duas erratas. A Errata nº 1 ao PLDO 2014:

“1) Com o objetivo de melhorar o entendimento dos termos constantes no Parecer Preliminar, faz-se necessário ajustar determinados itens na forma da seguinte redação:

PARTE GERAL, Item 37:

‘Contudo, tanto as progressões quanto as apurações finais dos valores dos PIBs sofrem constantes revisões de seus valores, o que gera insegurança na aplicação do piso constitucional na saúde. Para afastar essa incerteza e evitar controvérsias quanto aos valores de aplicação mínima, necessário se faz que as LDOs avaliem a necessidade de estabelecer critérios objetivos quanto aos PIBs a serem utilizados na apuração desse mínimo, fato esse não contemplado no PLDO 2014.

PARTE ESPECIAL, Item 2.4.4, alíneas “a” e “b”:

‘a) Avaliar a possibilidade de criação de mecanismos para imprimir obrigatoriedade e celeridade à execução das programações aprovadas pelo Congresso Nacional para a Lei Orçamentária de 2014;

b) Avaliar a possibilidade de estabelecimento de mecanismos de identificação e proteção das programações consideradas prioritárias.’

Errata nº 2:

“Com o objetivo de melhorar o entendimento dos termos constantes do parecer preliminar, faz-se necessário ajustar determinados itens, na forma da seguinte redação, parte especial — foi a que eu li agora há pouco:

No item 2.4.4, alínea “e”:

‘e) Avaliar a possibilidade de inclusão de todas as receitas na Lei Orçamentária de 2014, inclusive às relacionadas às entidades do Sistema S.’”

Exatamente no sentido do clamor que foi chegado ao Relator de dar uma redação capaz de conseguirmos avançar no debate sobre a questão dos recursos que são destinados ao Sistema S.

Então, na busca do entendimento, no relatório preliminar, nós fizemos essas modificações, tanto no Adendo nº 1 quanto nas Erratas nºs 1 e 2, exatamente, para buscarmos construir um consenso, dentro da bancada, e darmos celeridade a esse processo.



É lógico que agora nós vamos, conforme orientação do nosso Presidente, depois da aprovação, abrir espaço para as emendas parlamentares e iniciar a avaliação dessas emendas para que possamos fazer constar no relatório definitivo que será apreciado depois do prazo das emendas.

Gostaria de agradecer a todos os Parlamentares — Deputados e Senadores — que contribuíram conosco na elaboração e na preparação desse relatório preliminar. Espero contar também com essa mesma parceria para que possamos formar, inclusive, um grupo de trabalho conjunto para análise das emendas, também para o encaminhamento e a redação do relatório final da LDO para 2014 e, se Deus quiser, no máximo, na primeira dezena de agosto, estar com esse relatório votado, porque aí não implicará a interrogação com relação ao interregno da publicação e à chegada a esta Comissão da Lei Orçamentária para 2014.

Então, com tempo, com o trabalho e disposição, encontrada por todos os companheiros aqui na Comissão Mista de Orçamento, com certeza nós teremos bom êxito nesse encaminhamento.

Esse é o relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Lobão Filho.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra, Deputado Carlos Magno.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Eu gostaria de dizer, tanto ao Presidente, Senador Lobão Filho, quanto ao Relator, Deputado Danilo Forte, que desde o início estou participando desta reunião. Pela manifestação do Deputado Domingos Sávio, do PSDB, e pela manifestação individual de cada Parlamentar, vejo aqui a resistência de votar esse relatório preliminar. Eu gostaria de dizer que o Partido Progressista está pronto para votar esse relatório preliminar. Mas eu não quero acreditar que a ausência de alguém do Governo, do próprio PT, como nós tínhamos aqui o Deputado Geraldo, que encaminhava aqui as discussões, e vínhamos para essas reuniões com as coisas já delimitadas...



Eu acredito que é preciso fazer uma suspensão de dez minutos desta reunião para tentar, com os partidos, fazer um acordo para votarmos esse relatório preliminar, sob pena de ter que fazê-lo só depois do recesso, o que não é interessante para o Governo nem para nós, Parlamentares, principalmente para as bancadas que representam seus Estados.

Então, esse é o meu encaminhamento. Eu gostaria de saber se há essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Senador Randolfe com a palavra.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Arguindo, Sr. Presidente, o art. 136 da Resolução Interna desta Comissão, combinado com o art. 29 do Regimento Comum, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Verificação de quórum no Senado.

Na realidade, nós tínhamos a presença do Senador Suplicy aqui.

Verificação de quórum haverá só na hora da votação, porque eu não abri a votação ainda. Mas cumprirei a questão de ordem de V.Exa. no momento da votação. Por enquanto, nós estamos em discussão.

Há uma dúvida regimental, por isso está havendo essa balbúrdia aqui atrás, mas estamos discutindo aqui o Regimento.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - Apenas parabênizo o Relator Danilo Forte pelo seu belíssimo trabalho e, também, agradecer por levar a LDO aos Estados, ao meu Estado, o Estado do Tocantins, para que democratize mais o Orçamento da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Bittar.



O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós continuamos no firme propósito de podermos, ainda hoje, ter a votação do relatório preliminar concluído. Durante essas semanas todas, temos avaliado o relatório do nosso Relator, o Deputado Danilo Forte. O relatório evoluiu numa série de questões importantes e ganhou substância. Entendo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é essencial para que o Governo possa preparar a Lei Orçamentária.

Chamo a atenção para a não votação do relatório preliminar. Isso impedirá a votação final do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que acaba por prejudicar o próprio Congresso Nacional, porque ele acaba se omitindo em oferecer as diretrizes para a elaboração da peça orçamentária.

Então, o apelo que eu faço é que nós possamos construir um entendimento, no sentido de votarmos o relatório preliminar, sem prejuízo das emendas e das discussões que possam aprimorar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Essa é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Junji Abe.

Antes de conceder a palavra a V.Exa., faço um comunicado. Devido ao pedido intenso de vários partidos e vários Parlamentares ao Relator — o pedido é quase consensual —, S.Exa. vai modificar a errata em relação ao Sistema S, retirando a errata ao Sistema S, conforme ele irá prolatar em poucos minutos.

Com a palavra o Deputado Junji Abe.

O SR. DEPUTADO JUNJI ABE - Sr. Presidente, nobres pares, o nosso partido, o PSD, em reunião de liderança, e pela ausência do titular, Deputado Guilherme Campos, este Parlamentar traz aqui uma apreensão. Não obstante o prejuízo da demora na votação, o prazo ideal para que nós possamos acompanhar *pari passu* é que nós possamos marcar o dia da votação para o dia 1º de agosto.

Esse é o pedido que nós fizemos através do PSD, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito bem. Deputado Junji, eu iria propor a este Plenário, quebrando o regimento, que fosse dado mais tempo aos nobres colegas para que pudessem apresentar emendas; para que nós estendêssemos o prazo, que é de 10 úteis, para o dia 2 de agosto, até que todos



possam apresentar as suas emendas. E o Relator está se comprometendo a apresentar, logo em seguida, o relatório final, fazendo a compatibilidade de todas essas emendas.

O SR. DEPUTADO JUNJI ABE - Sr. Presidente, nós propomos que, sem quebrar as regras do Regimento, até porque não digo todos, mas uma boa parte dos Parlamentares que integram esta Comissão está viajando, ou então, viajará. Daí a razão do prejuízo e, por isso, nós gostaríamos que essa ponderação fosse levada em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Perfeito, Deputado.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Companheiros Deputados e Deputadas, em nome da construção do consenso, e a premissa maior de uma Casa parlamentar é procurar, no diálogo, a construção daquilo que nos consensua, exatamente para aperfeiçoar as decisões da Casa, primeiro, a importância de se votar hoje é exatamente porque amanhã ainda dará tempo de as Comissões Temáticas, as Comissões Permanentes aprovarem as suas emendas ao relatório da LDO.

O SR. DEPUTADO JUNJI ABE - Presidente, vamos procurar ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu peço, mais uma vez, silêncio na plateia para que a gente possa ouvir o Relator.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A Comissão está animada. Isso é vida, isso é bom!

Então, exatamente por isso, é mais um adendo, a importância de a gente votar a preliminar hoje, porque amanhã todas as Comissões Permanentes da Casa, as Comissões Temáticas, poderão se reunir e tirar as suas decisões, as suas deliberações para enriquecer o relatório e apresentar as suas emendas.

Esse é um ponto importante, até porque há debate em várias Comissões. Há um debate muito rico na Comissão de Seguridade e Saúde, da qual eu faço parte, sobre a questão de limite, pelo teto ou pelo piso; há essa questão do aumento dos recursos da saúde, que está mobilizando o povo brasileiro, e precisamos tomar decisões com relação a isso.



Se conseguirmos votar o preliminar hoje, amanhã já começa o prazo para que as Comissões e as bancadas possam se reunir.

A segunda questão, atendendo à solicitação dos Deputados que aqui me procuraram, é a retirada da Errata nº 2, exatamente a que trata do item relacionado ao Sistema S, porque há um clamor muito grande de setores, de bancadas, que estão colocando isso como uma premissa para darmos celeridade à nova votação. Em nome do diálogo e do consenso, retira-se. E se algum Parlamentar quiser porventura apresentar emenda, é lógico que é um direito seu rerepresentar esse item como uma emenda individual parlamentar, de bancada ou de Comissão.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Relator, só um ajuste, e que é necessário, Sr. Presidente: ele retirar a errata ou retirar o texto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não.

Deputado Efraim com a palavra, para esclarecer melhor a pergunta.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A essa questão de ordem eu agradeço.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Retira-se a errata e exclui-se o texto.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Ah! Exclui-se o texto? Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, eu pedi a palavra...

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente, o único problema que nós vamos ter aqui...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Excluída. Só para ficar claro, excluída a alínea "e" do texto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Presidente, a gente pediria a V.Exa. para que, nessa questão de abrir o prazo, inicie a partir do dia 1º de agosto. É que não dará tempo de a maioria das bancadas se reunir. Então, a gente votaria hoje a preliminar, V.Exa. nos concederia a palavra, abriria o prazo, a partir do dia 2 de agosto, e teríamos uma semana de prazo, até o dia 10 de agosto.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou entrar nessa discussão do prazo. Assim que nós fizermos a votação do relatório preliminar, que teoricamente abre o prazo, que regimentalmente é de 10 dias, eu vou abrir a discussão para determinarmos qual será o melhor prazo para apresentação de emendas.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputada Gorete com a palavra.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, dessa maneira como nós vamos votar o relatório hoje, acabou-se totalmente a possibilidade do impositivo. Porque o que a gente estava esperando era que, nos dias 6 e 7, fosse votado o orçamento impositivo; mais ou menos nos dias 14 e 15, no Senado; e, depois, incluiria na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - É um argumento muito interessante. Vamos entrar nessa discussão do... Eu sou inteiramente sensível a esse argumento.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Se a gente não fizer isso agora...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou abrir a votação e, em seguida, há uma questão do Senador Randolfe. *(Pausa.)*

Antes de responder à questão de ordem do Senador Randolfe, vou fazer verificação de quórum. *(Pausa.)*

Nós temos aqui, visualmente falando, o Senador Suplicy, o Senador Randolfe, o Senador Wilder e Senador Lobão. Portanto, quatro Senadores presentes. Está verificado o quórum: há quórum no Senado. Senador Domingos Sávio...

Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, só um minuto. Eu pedi a palavra, antes do Deputado Efraim, antes da Deputada Gorete...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não ouvi. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Eu sou meio sumida assim mesmo, mas vou ficar na frente do senhor.

Eu gostaria de fazer uma observação ao Sr. Relator.



Com todo o carinho e afeição que lhe tenho, e vejo a dedicação que está tendo na elaboração deste trabalho, eu vejo muita dificuldade nessa votação do relatório preliminar, muita dificuldade, até porque é necessário que esta Casa seja respeitada em todas as suas instâncias de debate. Hoje, nós fazemos uma reunião de uma forma e, quando viramos o pescoço, no momento seguinte, não é mais.

Relativamente a esse Sistema S, eu o parableno. Foi o que eu disse a V.Exa.: aqui não existe a palavra “avaliar”: é ou não é; o texto é para ser convalidado ou não.

Acho de bom alvitre, Sr. Presidente, que V.Exa. leve em consideração o sentimento do Plenário em relação a não se votar hoje esse relatório preliminar. É possível que tenhamos que reavaliar isso, porque há muitas razões, inclusive as dos Parlamentares, face à quebra do compromisso do orçamento impositivo. Esse foi um compromisso que ajudou a eleger Presidente desta Casa, e não pode ser jogado na sarjeta como uma palavra que o vento leva. Se assim não o fizermos, se votarmos hoje o relatório preliminar, como é compromisso do Presidente da Casa colocar o relatório impositivo só no dia 6 de agosto...

Eu quero que as pessoas entendam bem isso — “Ah! Não é empecilho.” “Nós votaremos o relatório depois.” “Abriremos prazo de três a dez dias”. Tudo é argumento. Mas o argumento mais forte é que as pessoas desta vez acreditaram no orçamento impositivo. Inclusive V.Exa., Sr. Relator, sentou-se à mesa com o espírito de que haveria um compromisso a ser cumprido.

Portanto, eu acho que o Plenário tem que pensar, e acho de bom alvitre que se deixe para votar esse relatório em agosto.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Fábio Ramalho já havia feito deliberação em relação a isso, e eu disse que era sensível, e continuo sensível, a estender o prazo das emendas para até depois do dia 7, porque aí teríamos uma definição plena da Câmara dos Deputados em relação ao orçamento impositivo.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Sr. Presidente, art. 131 do Regimento Comum...



O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte. Frente à manifestação da nossa representação feminina aqui, a Deputada Rose, eu também fiz um encaminhamento de questão de ordem pedindo para que, por 10 minutos, se suspenda a sessão até que a gente se acalme e possa ordenar essa questão. Eu pediria a V.Exa. que considerasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Carlos, eu acho que a grande dúvida da Deputada Rose de Freitas é compatibilizar o período das emendas com a votação do orçamento impositivo na Câmara. Eu acho que isso, pelo visto, é uma coisa unânime. Portanto, esta Presidência irá se decidir, junto com a decisão do Plenário, em estender o prazo das emendas, passando por cima do Regimento, para depois da decisão da Câmara que irá deliberar sobre o orçamento impositivo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem? O Senador Randolfe pediu primeiro, e logo a seguir eu passo a V.Exa.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Só para dirimir uma controvérsia e pedir um esclarecimento a V.Exa., arguindo novamente o art. 131 do Regimento Comum: V.Exa. fez a verificação para discussão. Obviamente, há quórum no Senado para discussão — obviamente, temos quatro Senadores —, mas não há o quórum para deliberação, haja vista que são necessários sete Senadores para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Não. Aqui, no momento, havia quórum para discussão. No momento da votação, vou fazer a verificação de quórum, a pedido dos Líderes de cada Casa, se for o caso. V.Exa., como Senador, pediu, e tem o direito de pedir. Eu vou fazer, no momento da votação no Senado, a verificação da presença dos Senadores.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Perfeito. A verificação que V.Exa. procedeu foi para discussão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Discussão.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Porque há quórum para discussão?



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Isso.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Não há quórum para deliberação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Exatamente.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Perfeito. Era esse o esclarecimento que queria de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas pode vir a ter.

Mais alguém pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a atenção dos colegas e me dirigir ao nosso Relator, a V.Exa., pedindo uma atenção especial para este momento que estamos vivendo.

Nós estamos diante da possibilidade de votarmos o relatório preliminar da LDO, e guarda esse relatório uma expectativa de todo este Parlamento. A nobre Deputada lembrou muito bem aqui que esta Casa esteve às vésperas de decidir sobre uma proposta do Senador Esperidião Amin — que chegou a ser aprovada, inclusive, num dado momento — para que se estabelecesse uma questão do orçamento impositivo. Nós estávamos às vésperas de um relatório final, a ser apresentado para votação em plenário, quando, num apelo até emocionado do Presidente da Casa, S.Exa. disse que assumia o compromisso de que poderia fazê-lo no início do próximo semestre. Mas a LDO guarda uma relação direta com essa matéria e, mais do que isso, todas as emendas ao relatório preliminar têm um significado na vida do Parlamento. E não são só emendas dos membros aqui desta Comissão; são emendas do Parlamento, da Casa como um todo.

Não é novidade para nenhum dos senhores que estão me ouvindo que o próprio Presidente da Casa já admitiu — o Senado já está em “recesso branco”, entre aspas, a verdade é essa — que nós não temos perspectiva de nenhuma matéria a ser deliberada nos próximos dias. Portanto, não haverá sessão. Já houve uma reunião do Colégio de Líderes nesta Casa, inclusive, deixando claro isso, de que nem sessão haverá. Isso significa, portanto, que nós teremos um período, de



hoje até o início de agosto, de absoluto esvaziamento de todo o Congresso Nacional. Essa é a verdade absoluta.

V.Exa., Presidente, acabou de fazer uma referência que mostra sua boa vontade, mas ela não é suficiente perante os ditames legais. V.Exa. disse: *“Passando por cima do Regimento, poderemos ampliar...”* Mas nós não podemos passar por cima do Regimento; podemos, de alguma forma, ser arguidos por alguns dos colegas. Esta é uma Casa que, para passar por cima do Regimento, precisa de unanimidade. O próprio Regimento diz isso. Amanhã, podemos ser surpreendidos por alguém que diga: *“Olha, eu não sou de acordo. O prazo se esgota dentro de ‘x’ dias.”* E aí estaremos todos viajando ou cuidando de compromissos nas bases, trabalhando, outros cumprindo a sua agenda pessoal. Mas o certo é que o prazo estará correndo em que pese a boa vontade de V.Exa.

Aí eu deixo o registro: que pense cada um dos colegas que está aqui com relação aos compromissos que têm com as suas bancadas. Faço uma referência direta ao Deputado Fábio Ramalho, que aqui está: a bancada de Minas tem uma expectativa com relação a várias emendas. Nós sequer tivemos a oportunidade de nos reunir; nós não tivemos a oportunidade de apresentá-las. Nós podemos ser surpreendidos no nosso retorno não por má intenção do Relator, a quem respeito profundamente, mas por uma imposição regimental de encontrarmos o prazo absolutamente vencido.

Por outro lado, façamos a seguinte análise: qual o prejuízo que o País, que este Relator e que esta Comissão terão se nós votarmos o relatório preliminar na primeira sessão, nos primeiros dias de agosto? Nenhum; absolutamente nenhum. Até porque, se votarmos o relatório preliminar daqui a alguns minutos, ele será absolutamente inócuo do ponto de vista de nos garantir a votação da LDO. Não poderemos votar a LDO, porque ele terá de cumprir o prazo, e aí já não haverá mais sessão do Congresso.

Então, nós apenas cometeremos quase que um suicídio político se votarmos esse relatório preliminar hoje. Seria o equivalente a nós, que somos membros da Comissão, dizermos: *“Nós abdicamos não só da nossa prerrogativa, mas da prerrogativa dos nossos colegas Parlamentares que não estão aqui. Tiramos deles o*



direito de fazer emendas.” Esse é um precedente muito ruim na vida do Parlamento, e não é o propósito do Relator, nem de V.Exa.

Eu faço um apelo a V.Exa.: vamos completar a discussão, mas vamos votar esse relatório preliminar na primeira sessão de agosto. Abre-se o prazo por uma semana, talvez até por cinco dias, e damos uma sequência tranquila, negociada, dentro do interesse público, de forma suprapartidária. É o apelo que faço, até porque eu vejo que não há quórum para deliberação no Senado e ficaremos prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Bittar, mas, antes, vou fazer um esclarecimento.

Eu consultei a assessoria da Comissão, e ela me informou que, por decisão plena do Plenário desta Comissão — se for decidido pelo Plenário e não por este Presidente isoladamente —, poderemos, sim, prorrogar o prazo de emendas para até o dia 7, dia 8 de agosto. Então, essa questão estaria bem resolvida para todos os Parlamentares aqui presentes.

Eu vou passar a palavra, primeiro, para o Deputado Bittar; depois, ao Deputado Fábio Ramalho. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, eu ia me pronunciar exatamente na direção do que V.Exa. apontou. A vantagem de se votar o relatório preliminar hoje está exatamente no fato de que teremos um longo prazo para analisarmos esse relatório preliminar e apresentarmos as emendas à LDO até o limite de tempo razoável, estendido agora com muita sabedoria por V.Exa. Temo que, se formos votar o relatório preliminar no retorno desse período de relativo recesso, digamos assim, ou recesso branco, como está se chamando, nós vamos acabar votando a LDO praticamente na segunda quinzena de agosto, o que compromete a interferência e a orientação do Congresso Nacional para a elaboração da Lei Orçamentária. Ou seja, de alguma maneira nós estaremos fragilizando a posição da Câmara dos Deputados e do Senado frente à elaboração do Orçamento do próximo ano.

Quanto ao orçamento impositivo, quero lembrar que há uma Comissão Especial nesta Casa tratando desse tema, refletindo, negociando e buscando construir uma solução que seja a mais construtiva possível.



Então, nossa posição vai ao encontro da posição do Presidente, Senador Lobão, como também do Relator, Danilo Forte, no sentido de que possamos votar o relatório preliminar hoje e abriremos um longo prazo para apresentação de emendas, votando, portanto, o relatório definitivo ainda antes do dia 10 de agosto, logo a tempo de ele interferir na elaboração da Lei Orçamentária para o próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bittar.

Eu continuo firme na minha ideia de que nós temos um compromisso com o nosso País, com o Brasil. Nós estamos ultrapassando todos os prazos. Nós prejudicamos o Congresso de determinada forma, impedindo que o Congresso da República pudesse ter um recesso da forma mais tranquila. Haverá um recesso branco, o que é ruim, mas eu acho que esta Comissão tem que dar uma resposta à sociedade brasileira.

O Congresso deu, em parte, resposta à sociedade votando temas importantes, votando PECs em grande quantidade, avançando pelas madrugadas, e esta Comissão não pode se furtar de também fazer o seu trabalho votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Orçamento da República.

Eu passo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Companheiros Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, algo acaba de chegar aqui a minhas mãos. Vejam o que é a ironia do destino: estou aqui tentando agilizar a votação da LDO e o Deputado Amauri Teixeira está, no plenário, dizendo que eu estou querendo fazer um cronograma à minha vontade, para poder aprovar primeiro o orçamento impositivo. Então, como a opção foi minha...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Deputado Danilo Forte, a bem da verdade, quero dizer que a opinião pessoal do Deputado Amauri não traduz o pensamento da nossa bancada.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado. O senhor é sempre muito elegante, Deputado Bittar. Por isso é que eu gosto de V.Exa.

A vontade de ser político foi minha. A liberdade de escolha foi minha. Eu sou Deputado porque eu quero e porque o povo do Ceará quer que eu seja Deputado, graças a Deus. Então, este é um momento em que nós temos que ter uma avaliação política. Não há outro fator.



Nós temos que fazer uma avaliação política, e ela tem que ser dentro de um cronograma, porque nós temos uma LOA que precisa ser formulada, feita, com base na LDO. Já aconteceu, duas vezes, uma no Governo Lula e uma no Governo Fernando Henrique, de a LOA vir sem a LDO estar votada.

Naqueles momentos, não houve arguição jurídica, não houve atropelamento jurídico com relação a essa questão; não houve judicialização. O momento é diferente, até porque, hoje, tudo se judicializa no Congresso Nacional. E, aí, precisamos ter um pouco de sensibilidade, o que peço ao Deputado Domingos Sávio, companheiro mineiro, e ao Deputado Efraim Filho, esse grande e valoroso paraibano, porque nós temos um cronograma curto para trabalho.

Eu já trabalhei no comitê de admissibilidade de emendas. É uma coisa muito trabalhosa. Na pior das hipóteses, nós vamos ter mil emendas para esse relatório. É preciso ler uma por uma, avaliando a admissibilidade ou não de cada uma. É preciso concatenar, enquadrar, cada uma em cada eixo temático. Depois, tem que se fazer as revisões de texto, para não ter um artigo contradizendo o outro. É uma lei extensa, não é? A LDO é uma lei extensa, trabalhosa, e eu acho que a gente precisa ter tempo.

O tempo para trás foi o tempo em que nós fizemos uma opção política de valorização do Congresso Nacional. Nós precisávamos de um cronograma de procedimentos regimentais com relação à apreciação dos vetos, porque era inadmissível que o processo legislativo começasse aqui e terminasse no Poder Executivo. Fomos vitoriosos. Temos agora um processo de apreciação de vetos. Há uma luta, hoje, quase unânime na Casa, com a ressalva de alguns Deputados do PT, mas todos os partidos, semana passada, na Comissão Especial do Orçamento Impositivo, foram a favor de que resgatássemos nosso papel e a nossa dignidade e não tivéssemos que nos humilhar perante o Executivo para aprovar emendas que são do Parlamentar, o reconhecimento da sua atividade; o que faz com que o Parlamentar possa cumprir a palavra empenhada no processo eleitoral e possa dar dignidade à Casa na relação de autonomia e de harmonia entre os Poderes, no que se refere ao Executivo, que muitas vezes nos humilha, que faz troca de favores e que impõe, em alguns momentos até, algumas votações, dependendo do momento histórico que se vive no País. Esse também é um ponto importante a ser avançado.



Nesse ponto, conseguimos unidade em torno do texto do Deputado Edio Lopes, Relator da Comissão Especial; temos o compromisso do Presidente da Casa, que se elegeu, como muito bem disse a Deputada Rose de Freitas, com a bandeira principal de resgatar a importância do Orçamento impositivo como instrumento de autonomia do Congresso Nacional. Também temos dentro da Comissão essa unidade.

Foi exatamente por isso que a bancada do PMDB, diferentemente do que diz o Deputado Amauri Teixeira, tirou, por unanimidade, que a conclusão do relatório da LDO se dará após a votação do orçamento impositivo na Comissão Especial e no plenário na primeira votação da Câmara. Para quê? Para dar lastro político à LDO.

Qual a minha preocupação como Relator, de coração aberto para V.Exas., sem medo de enfrentar as diversas pressões ou os mal-entendidos, como irônica e pejorativamente disse aqui o Deputado Amauri Teixeira? Colocando na LDO, teremos a segurança de que haverá o orçamento impositivo em 2014, e não se abre nenhuma brecha para que esse orçamento impositivo seja postergado para 2015, 2016 ou doravante. É exatamente essa a preocupação e o compromisso deste humilde Deputado, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

Diante desse compromisso e diante dessa preocupação, é esta a postura que temos trabalhado nesta Casa: ouvir os companheiros, ouvir a Oposição, dialogar para a formatação e a construção de todos os relatórios.

Já fui Relator de duas medidas provisórias nesta Casa. Todas foram construídas com o consenso de todos os que trabalharam conosco nessa construção. Já fui Relator de vários projetos de lei. Toda a vida busquei construir esse entendimento, ouvindo os diversos pares da Casa.

Abrimos mão da Errata nº 2, um sistema que chamou muito a atenção nesse debate, tanto aqui, nas audiências públicas, como nos Estados, com relação ao Sistema S, exatamente no sentido de fazer com que a gente dê celeridade a essa votação para atender ao clamor principalmente do DEM, do Deputado Efraim Filho, transformando a Errata nº 2 em adendo, no sentido de excluir a alínea “e” do relatório principal, para dar celeridade a essa votação.

Peço a compreensão de todos, porque o cronograma de trabalho que eu queria fazer era exatamente o seguinte: nós aprovaríamos o relatório preliminar



hoje. Amanhã, as Comissões Permanentes da Casa e as bancadas teriam tempo para se reunir e tirar suas emendas. Temos até dez dias, é o que diz o Regimento com relação ao prazo das emendas. Desse prazo, decorridos os dez dias, até o início do período legislativo em agosto, eu ficaria para analisar as emendas com aqueles que quiserem, junto comigo, contribuir na análise dessas emendas. Apresentaríamos o relatório preliminar à Comissão, a fim de que ela leia e entenda, no dia 6 agosto; votaríamos na CMO no dia 8 de agosto, exatamente um dia depois da votação do orçamento impositivo no plenário da Câmara dos Deputados, e ficaríamos com a semana subsequente, até o dia 15, para a votação, em plenário, do Congresso Nacional do relatório da LDO definitivo. Teríamos, portanto, 15 dias para a apresentação da LOA, que poderia, nesse processo, já vir se reportando a essa LDO, sem problema de comprometimento de prazo, inclusive ajudando e colaborando para que o Ministério do Planejamento também tenha um tempo para adequar a LOA à LDO 2014.

Eu acho que esse é um cronograma racional, com condições de ser trabalhado. Peço aqui aos demais companheiros, Deputado Efraim Filho, Deputado Domingos Sávio, Deputado Raimundo Gomes de Matos, meu conterrâneo, meu companheiro, para que a gente possa, exatamente dentro desse fluxo, construir um relatório capaz de nos orgulhar. Enquanto representantes do povo e do Congresso Nacional, vamos construir democraticamente um relatório consubstanciado exatamente no consenso que a gente vai construir aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Eu perguntaria ao Deputado Efraim Filho se vai fazer obstrução ou pedido de verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O pedido de verificação de quórum estará mantido, Sr. Presidente, pela parte do Democratas. Não há condição de esse relatório preliminar continuar. Nós entendemos que o discurso está absolutamente desconexo da prática. Enquanto o Governo fala em responsabilidade fiscal no discurso, aqui, nesta CMO, durante todo este primeiro semestre, nós fomos capazes de perceber ações que são totalmente contrárias a esse alinhamento. Não adianta



agora, no apagar das luzes, vir dizer que irá cumprir com tudo aquilo que nós da Oposição sempre quisemos que o Governo apontasse nas suas ações.

Então, não há acordo. Inclusive, a gente vê a base do Governo fragilizada, desunida, sem condições de também impor a sua maioria aqui. A Oposição irá cumprir o seu papel; irá cumprir o seu papel de contestar aquelas ações que estão sendo colocadas. Desde o início da votação do PL nº 1, V.Exa., Presidente, tentou conduzi-la realmente com habilidade, mas há certos temas que estão além da sua alçada. E nós aqui hoje, da Oposição, infelizmente, não podemos dar esse voto de confiança ao Governo pela forma como ele se conduziu nesta Comissão durante todo o primeiro semestre, de forma perdulária, sem compromisso com a responsabilidade fiscal, sem compromisso com as metas de superávit. Então, nós não vamos ter a capacidade de avançar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, o que nós queremos é que V.Exa. avance, coloque em deliberação, e vamos ver se o Governo tem quórum ou não para aprovar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu perguntaria ao Deputado Domingos Sávio se acompanha o pedido do Deputado Efraim, para que possam os dois, unidos, ter condições de fazer realmente o pedido de verificação de quórum.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Presidente, verificação no Senado também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim, o de V.Exa. vou registrar já.

Eu quero registrar a presença do nosso querido Senador Aloysio Nunes na nossa Comissão, essa importante figura, representando o maior Estado do Brasil.

Deputado Domingos Sávio, V.Exa. confirma? *(Pausa.)*

O Líder vai falar? *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Líder.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, reiterando o que fora dito pelo colega que me antecedeu, o PSDB tem a clareza de que não é o momento. Portanto, também se manterá em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Confirmo com o Senador Randolfe...

O Senador Aloysio Nunes gostaria de fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. SENADOR ALOYSIO NUNES - Sr. Presidente, o PSDB do Senado também se põe em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Portanto, não me resta nada, como Presidente desta Comissão, a não ser registrar que, por absoluta impossibilidade de votação, por falta de quórum — a base do Governo não se fez presente para a votação do relatório preliminar —, com muita tristeza eu estou marcando para o dia 6 de agosto, às 14h30min, a próxima reunião desta Comissão.

Está encerrada esta reunião.